

## EDITORIAL

Floema Especial João Adolfo Hansen reúne cinco textos do Autor, dispersos em periódicos especializados, alguns esgotados e, assim, pouco acessíveis aos pesquisadores das áreas de Letras e Ciências Humanas. Sua reunião favorece a leitura de uma obra coerente, preocupada com a compreensão histórica das Letras, realizada pelo cruzamento de fontes documentais de diversos campos, indiciando usos, sistemas coercitivos, instituições políticas, etc, a que se vincularam em seu tempo as práticas artísticas. Contudo, não deixa de refletir sobre os estatutos específicos das Letras e das Artes, seja pela compreensão das prescrições que se efetuam nas práticas de representação nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, seja pela consideração, por exemplo, das técnicas de explicitação do artifício na escrita de Drummond.

A coletânea principia por “Barroco, Neobarroco e outras Ruínas”, estudo que reavalia a pertinência e a eficácia do uso das categorias periodológicas “Renascimento” e “Barroco”, evidenciando o caráter dedutivo e apriorístico que acriticamente costumam assumir nos estudos literários e historiográficos que as adotam conforme Wölfflin, ou, muitas vezes, conforme derivações transistóricas e interdisciplinares do famoso esquema dos pares opositivos. Recusando os usos de tais categorias, bem como de categorias derivadas do Iluminismo e do Idealismo alemão e criticando os critérios de descrição e valoração “estéticas” que se tornaram senso comum a partir do século XIX e que, no Brasil, integraram programas políticos interessados, “Barroco, Neobarroco e outras Ruínas” bem como o artigo “Agudezas Seiscentistas” propõem, no lugar, a descrição dos procedimentos

metafísico-lógico-retóricos que operavam a invenção poética ou oratória principalmente nos séculos XVI e XVII, entre círculos letrados católicos, que pressupunham a hierarquia como *representação* – portanto, como efeito verossímil – de pactos políticos, *representados* como justos e necessários, segundo estatutos de verdade estabelecidos no interior das mesmas instituições. Neste sentido, a leitura de Hansen faz ver que “verdade” e “virtude”, retoricamente aplicadas, foram provavelmente como lastros metafísicos do monopólio da violência no Estado Monárquico sobretudo ibérico, o que, por sua vez, evidencia o sentido político dos corpos de doutrina documentados em Artes e Tratados que regeram por séculos os decors específicos tanto de representações religiosas e políticas, como os decors específicos das belas artes e belas letras. Segundo Hansen, a razão que tornava proporcionais – portanto, justas, belas e úteis – as distinções hierárquicas – ou seja, as desigualdades jurídicas entre os estados do Estado – explicita-se em modelos teológico-políticos que, principalmente nas Penínsulas Ibérica e Itálica, eram escritos segundo uma racionalidade aristotélica, neo-escolástica, cuja ortodoxia é definida pelo Concílio de Trento. Tais modelos são assimilados ainda a uma racionalidade de corte letrada, aristocrática, cujas práticas de representação previam a distinção entre discretos e vulgares, entre melhores e piores, critérios que definiam códigos de representação excludentes, aplicados a todas as ações previstas na vida civil: da regulação de protocolos oficiais à invenção de um poema satírico. Nessa perspectiva, os dois artigos examinam as aplicações letradas dessa racionalidade, descrevendo procedimentos de elocução e, sobretudo, de invenção poética, correntes no século XVII, segundo preceptivas e obras poéticas do tempo.

“*Ut Pictura Poesis* e Verossimilhança na Doutrina do Conceito no Século XVII Colonial” analisa a doxografia e as práticas de representação derivadas da tópica antiga – *como a pintura é a poesia* –, segundo a formulação de Horácio na *Ad Pisones*. Pensando a dimensão internacional da circulação de doutrinas, Hansen examina casos homólogos tanto de formulações preceptivas, quanto de artefatos

poéticos, pictóricos ou plásticos, produzidos nos séculos XVI e XVII, nos atuais Brasil, México, Peru, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha. Demonstrando sua hipótese com esse leque de fontes, o Autor pensa retoricamente a pintura desse tempo, entendendo a perspectiva como produção de um efeito ótico, mas ética e politicamente ordenado, como *desproporção proporcionada*, calculada segundo decoros específicos definidos à maneira dos discursos, que devem calcular os seus efeitos pela classificação do auditório; em outras palavras, pensava-se a oratória, a poesia e as outras belas artes segundo adequações ou convenções (ético-políticas e retóricas) que constituíam os seus próprios auditórios/espectadores, para os quais se proporcionava uma *cena*, que poderia ser um poema, uma tela, uma estátua, um sermão.

Dentro dessas mesmas instituições políticas e retóricas, em “Educando Príncipes no Espelho”, Hansen estuda a doutrina dos “espelhos de príncipe” – gênero didático dirigido, em forma de conselho e louvor, aos monarcas e seus herdeiros – e de outros códigos didáticos de civilidade, dirigidos a membros de estados hierárquicos inferiores. A partir da leitura deste tipo de escrita prudencial que circulou intensamente nos séculos XVI e XVII, o quarto artigo deste volume mostra que nas Monarquias católicas anti-maquiviélicas do XVII definia-se a subordinação, inclusive a do escravo, como estado de liberdade, porque estabelecida por pactos que recolhem e distribuem entre os homens os bens, dentre os quais, a liberdade. Segundo a doutrina católica, o livre-arbítrio, dado por Deus, concede a cada homem *escolher* o único verdadeiro bem, que é o mesmo Deus, enquanto causa final da História. Assim, a hierarquia legitimava-se metafísica e teleologicamente como ordenação dos homens, ou seja, como distribuição justamente desigual dos deveres entre os homens, para que, sob esta espécie de anti-Babel que o Estado Monárquico quer ser, sejam institucionalmente conduzidos em direção ao verdadeiro bem, exercendo cada membro sua função no Corpo do Estado, metáfora que Hansen refere, a partir de Tomás de Aquino. O pacto garantiria a perfeita conformidade dos homens ao seu fim, segundo a ortodoxia

contrarreformada dos séculos XVI e XVII. Garantiria à comunidade dos homens na Terra a concórdia presente, graças à violenta manutenção da vida virtuosa desse corpo, que, nesta ordem de idéias, a si próprio castigava quando punia corretiva e exemplarmente alguns de seus membros por meio de gêneros de *representação* bastante variados – um Auto de Fé ou uma sátira, por exemplo –, lançando ao fogo efetiva ou metaforicamente toda heterodoxia.

Por último, **Floema Especial João Adolfo Hansen** reedita um longo artigo do Autor sobre tema do século XX. Em “Alguma Prosa de Drummond”, Hansen pensa a escrita do poeta como uma inteligência aguda que exerce uma força deceptiva sobre as formas empíricas e teóricas que pretendam conferir dignidades excepcionais à atividade do escritor ou que elaborem tecnicamente a auto-complacência da má-consciência comovida consigo mesma, ou melhor, com as representações que costuma fazer de si mesma. A isso o pensamento literário de Drummond opõe uma ética cética e auto-despiciente que se aplica às próprias formas e condicionamentos da sua arte. Para Hansen: “Na auto-reflexão sobre a impossibilidade da existência da poesia em um tempo de miséria, Drummond dissolve as formas artísticas que naturalizam a arte como evidência”. Ciente de que o mundo está subordinado à lógica da mercadoria, a escrita de Drummond evidencia o artifício que a poderia constituir como naturalização da “representação” ou da “expressão” literárias, explicitando os próprios procedimentos, ocultos como em *vítreos alçapões*: metáfora de metáfora de uma dor. Assim, na hipótese de Hansen, a obra de Drummond revela a técnica dos próprios procedimentos ditos “literários” como forma de negação dissolvente de toda subjetividade que se leve suficientemente a sério a ponto de expressar-se ou de querer representar realidades segundo uma “visão de mundo”, o que permite compreender, por exemplo, as técnicas de humor com que Drummond policia qualquer espécie de atitude confessional, mesmo, e sobretudo, quando refere o próprio nome. Nesse sentido, Hansen pensa Drummond como uma obra que se produz como

voz eticamente concebida, movida pela consciência inútil de toda dor, como *sentimento do mundo* e impotência. Como sabe que vai morrer, para a *persona* ética que essa obra produz, “a destruição é sua Beatriz”. “Drummond sabe que qualquer dor é mal e que deve ser tratada com a delicadeza e a honestidade de uma comoção só possível porque fundada na maior solidão de todas, a do indivíduo sabedor de que vai morrer sem que a injustiça tenha acabado, uma solidão anti-heróica, portadora da peste coletiva transfigurada na recusa da grande saúde que faz a vida improvável.”